

Pelo Brasil



Nova vacina contra meningite e pneumonia

Agência Brasil

Rio de Janeiro - A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) assinou, ontem, acordo de cooperação tecnológica com a multinacional GlaxoSmith-Kline (GSK) que vai permitir a produção da vacina conjugada infantil para pneumococo em escala nacional. O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, informou que, a partir do ano que vem, a vacina, que previne a meningite bacteriana, a otite média e a pneumonia, será incorporada ao Programa Nacional de Imunização (PNI).

— Hoje a vacina é acessível apenas para quem pode pagar cerca de R\$ 500 para proteger cada criança no mercado privado e a partir de 2010 ela estará no Sistema Único de Saúde (SUS). A expectativa é de que sejam evitados mais de 10 mil óbitos de crianças menores de cinco anos por ano — disse Temporão.

A transferência de tecnologia será feita em quatro etapas e deve durar cerca de dez anos para ser concluída. Temporão disse que na primeira

etapa, que tem início no ano que vem, serão importadas e distribuídas 13 milhões de doses da vacina por ano, com investimentos de R\$ 400 milhões anuais.

Até 2017, segundo o presidente da Fiocruz, Paulo Gadelha, o Brasil estará produzindo 100% da vacina.

O acordo público-privado prevê também uma parceria inédita no país, voltada ao desenvolvimento tecnológico de vacinas para a dengue, a malária e o aperfeiçoamento da vacina da febre amarela que já é produzida hoje pela a Fiocruz, porém com tecnologia antiga e onerosa, segundo Gadelha.

Para essa parceria, a GSK investirá R\$ 92,5 milhões. Os valores da contrapartida brasileira ainda estão sendo estudados, segundo a Fiocruz. Os resultados das pesquisas devem ser obtidos nos próximo dez anos e terão patente compartilhada entre a Fiocruz e a GSK.

ROOSEWELT PINHEIRO/AGÊNCIA BRASIL

Ex-secretária terá que provar reunião com Dilma, diz Lula

Agência Brasil

Brasília - O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, ontem, que a ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira deveria mostrar a agenda com o registro do dia do encontro que alega ter tido com a chefe da Casa Civil da Presidência da República, ministra Dilma Rousseff. Lula disse que há “um carnaval” em torno do fato.

— Seria tão mais simples e tão mais fácil se a secretária mostrasse a agenda que (prova que) ela se encontrou com a Dilma. Não precisaria nem gastar dinheiro, pagar passagem, ir ao Congresso. Era só pegar as duas agendas e ver o que aconteceu — disse Lula, em entrevista coletiva ao lado do presidente do México, Felipe Calderón.

Lula questionou o motivo pelo qual a ex-secretária diz ter conversado com a ministra, mas não mostra a agenda, e voltou a lembrar que Dilma nega o encontro privado com Lina.

— Como não sei da vida das duas e não tenho propensão a ser mexeriqueiro, se as duas se encontraram, é só ver a agenda e não precisa fazer um cenário de crise.

Lina Vieira informou à imprensa que teve um encontro informal com a chefe da Casa Civil no Palácio do Planalto e que, na ocasião, Dilma teria solicitado a aceleração das investigações que a Receita vinha fazendo em negócios da família Sarney. Lina disse que, nesse encontro, interpretou declarações da ministra como um pedido para “engavetar” as investigações. Dilma nega o encontro e o pedido e diz que as reuniões que teve com Lina Vieira foram todas públicas e sempre com a presença de outras autoridades ou assessores.

A ex-secretária foi convidada a comparecer hoje à Comissão de Constituição e Justiça do Senado para esclarecer as denúncias de possível interferência de Dilma Rousseff em assuntos da Receita Federal.

Lula foi demitida do comando da Receita pelo ministro na Fazenda, Guido Mantega, e sua exoneração publicada no Diário Oficial da União de 17 de julho. Um dos motivos que teria levado a demissão seria uma notificação da Receita à Petrobras motivada por uma mudança no regime contábil feita pela estatal.

A mudança, considerada polêmica, permitiu à empresa pagar menos impostos, diante da crise econômica, e foi um dos argumentos para a criação, no Senado, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras.



•Lula: ‘seria mais fácil se ela mostrasse a agenda’

Campanha salarial

• Bancários de instituições públicas e privadas já apresentaram pauta de reivindicações

Os cerca de 1800 bancários de Juiz de Fora e região já estão à espera de um pronunciamento dos bancos em relação às reivindicações apresentadas ontem às instituições financeiras. Os pedidos de melhoria - entregues às direções do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e das instituições privadas que atuam no país - incluem uma série de argumentações condizentes com o que é requerido pelos funcionários de cada banco.

— As exigências feitas pelos trabalhadores de instituições públicas são maiores pelos simples fato de serem bancos de maior presença e atuação no território nacional. Mas são requisições muito semelhantes que não se distanciam tanto nos objetivos principais — explica o diretor de bancos públicos do Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora, Yvens Moreira da Silva.

No caso da Caixa e do Banco do Brasil, dentre as principais reivindicações feitas pelos fun-

cionários estão presentes: novos planos de cargo e salário, diminuição da jornada de trabalho, novas contratações e maior atenção à saúde dos contratados. Segundo o Sindicato dos Bancários de Juiz de Fora e região, o próximo passo é esperar por um pronunciamento da Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e das próprias instituições.

— Não podemos prever o que vai ser decidido. Ao longo dos anos nós obtivemos respostas variadas em relação ao que era pedido. Vamos aguardar e dependendo da decisão nós estudamos a melhor forma de agir — expõe Yvens.

Uma das expectativas do Sindicato dos Bancários local diz respeito a um dos possíveis argumentos a serem utilizados pela Febraban para não acatar as reivindicações: a crise econômica.

— É um argumento válido para quem desconhece o funcionamento dos bancos. A folha de pagamento é paga pelas tarifas cobradas e não pelos lucros das empresas. Em termos de tarifa os bancos não foram prejudicados — contrapõe Moreira da Silva.

A assessoria de comunicação da Febraban informou que as propostas enviadas pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) já estão sendo avaliadas.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL JUIZ DE FORA/ MG

Pelo presente Edital, por estar em lugar ignorado, ter ocultado ou recusado ao recebimento da notificação pessoal pelo oficial do cartório, ficam NOTIFICADOS os mutuários abaixo para ciência de que estamos autorizados na forma do Decreto Lei nº 70 de 21/11/66, artigo 15 da RD 08/70 e artigo 19 da Lei 8004 de 14/03/90, a promover a EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL das HIPOTECAS que oneram os imóveis a seguir descritos, financiados pela Caixa Econômica Federal. Ficam cientificados, outrossim, de que têm o prazo de 20 (vinte) dias contados de 12/08/2008 para, querendo purgar o débito e evitarem a execução, o que poderá ser feito em qualquer agência da Caixa Econômica Federal, dentro do expediente bancário. Qualquer informação sobre o andamento do processo poderá ser obtida, no Agente Fiduciário BANCO BGN S/A sito a Avenida Afonso Pena, nº 726, 19º andar – Centro – Belo Horizonte – MG, TEL. (0**31) 3272-8992 e 3212-3775, diariamente, exceto sábados, domingos e feriados no expediente das 09:00 HS às 18:00 HS.

SED 4275 – MARIA DO CEO SILVA AFONSO, BRASILEIRA, VIÚVA, PENSIONISTA. IMÓVEL: APARTAMENTO Nº 08, DO EDIFÍCIO SOLAR CONSELHEIRO LAFAYETE, À RUA OLEGÁRIO MACIEL, Nº 2419, BAIRRO PADRE CAFÉ, JUIZ DE FORA/ MG. CHB: 8.0126.0003.393-4.

BANCO BGN S/A
Agente Fiduciário